



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Justiça em política e poesia



Ao analisar um caso de furto tentado, em que um cidadão levou uma peça de carne e um pedaço de queijo para alimentar a família, o promotor de Justiça Valmir Soares Santos fez um paralelo com a situação dos envolvidos nos atos golpistas que podem ter os crimes perdoados por uma anistia. O representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) pediu o arquivamento pela insignificância do delito, uma vez que nem houve prejuízo, já que os produtos furtados foram apreendidos por um segurança. Ele tratou a questão em forma de poesia:

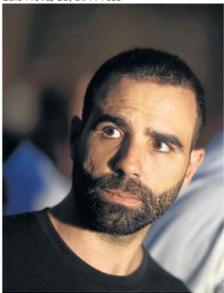
*“Como devo o caso encerrar?
Hoje, para o Brasil resolvi espíar
E vi o que muitos andam a questionar:
• Afinal, o golpe de estado foi tentado?
• Se tentado, alguém pode ser condenado?
Vamos deixar o STF julgar*

*E aqui: — O furto dos alimentos foi tentado?
A materialidade foi confirmada
A autoria foi confessada
E a subtração pelo segurança foi evitada
Sim. O furto tentado está caracterizado
No Brasil, em alguns crimes,
querem um CPF cancelar
Mas, em outros crimes,
desejam a todos anistiar
Ficando, os milhões em prejuízos
para o povo pagar*

*Pois, mais de 300 pretendem
a tudo e a todos perdoar
E, uma anistia ampla, geral e
irrestrita deverão votar
A futura anistia este furto não irá alcançar
Então, com muito cuidado
devemos questionar:
— Nesse caso, como a Justiça deve atuar?
Final, um homem a fome queria saciar*

O promotor conclui:
*“Ante o exposto, eminente
Juiz das Garantias
Enquanto esperamos o STF o golpe julgar
Cada um torcendo para um lado ganhar
E, quem perder, a anistia poder votar
Aqui, peço para o artigo 395,
inciso III, do CPP aplicar
E o Inquérito Policial, em paz, arquivar”*

Luis Nova/CB/D.A. Press



Câmara vai promover audiência sobre anistia ao condenados no 8 de janeiro

A Câmara Legislativa vai abrir o debate sobre anistia aos condenados por participação na trama golpista de 8 de janeiro de 2023. Por iniciativa do deputado distrital Thiago Manzoni (PL), será realizada, em 11 de setembro de 2025, às 19h, uma audiência pública para discutir o tema que virou a bandeira bolsonarista no país. O debate será promovido no plenário da Casa. Em seu mandato, Manzoni que é discípulo da deputada federal Bia Kicis (PL-DF) já apresentou diversas iniciativas na pauta bolsonarista e de direita, como a criação das Frentes

Parlamentares em Defesa do Conservadorismo. Agora, com a audiência pública, Manzoni pretende reunir as principais vozes de Brasília e do Brasil que defendem o perdão ao ex-presidente e aos condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). “A anistia dos presos políticos do dia 8 de janeiro é uma questão humanitária. São pessoas inocentes, contra as quais não há provas, mas que foram arrancadas de suas casas e encarceradas como se fossem criminosos perigosos”, acredita Manzoni.

Prazo para defesa

O deputado Daniel Donizet (MDB) foi intimado, ontem, pela Corregedoria da Câmara Legislativa, no processo de suspensão do mandato por representações de assédio sexual e por dar uma carteirada para se livrar das consequências de dirigir embriagado. A partir de agora o distrital, que está de licença médica, tem o prazo de 10 dias úteis para apresentar sua defesa.

Candidatura própria

Ao participar do encontro do PT-DF no fim de semana, o vice-presidente da Câmara Legislativa, Ricardo Vale (PT), defendeu candidatura própria do partido ao Palácio do Buriti.



Divulgação

Mapa dos apostadores

O Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF) iniciou ontem a pesquisa Apostadores no Distrito Federal: diagnóstico comportamental e sociodemográfico, realizada a pedido da Secretaria da Família

e da Juventude (SEFJ-DF). O levantamento, anônimo e confidencial, vai identificar quem são os apostadores do DF, quais modalidades de jogos de azar são praticadas, os motivos que levam as pessoas a apostar e as consequências desse hábito.



Valdo Virgo/CB

Divulgação/Agência Brasília



Críticas ao passado

Ao participar, ontem, do encontro internacional promovido pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide), em Washington, nos Estados Unidos, o governador Ibaneis Rocha (MDB) fez críticas aos antecessores sobre investimentos em infraestrutura. Em seu discurso, Ibaneis destacou que a falta de investimentos no passado deixou tanto a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) como a Companhia Energética de Brasília (CEB) em situações financeiras complicadas, sendo que no caso do abastecimento e saneamento chegou-se ao ponto de faltar água na torneira da população. “Foi investido R\$ 1,4 bilhão nos dois governos anteriores, e nos meus governos — e até 2029 — a previsão é que serão investidos R\$ 5 bilhões, com a integração dos quatro sistemas de captação de água do DF, que não eram integrados. Esse investimento produz segurança hídrica para os próximos 50 anos”, registrou.

MPDFT/Divulgação



Novos conselheiros

Saíram publicadas, ontem, no *Diário Oficial da União*, as nomeações de oito conselheiros para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Os decretos foram assinados pelo presidente Lula. A procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Amapá (MPAP) Ivana Lúcia Franco Cei e o promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC) Fernando da Silva Cominjá são conselheiros e serão reconduzidos ao cargo a partir de 6 de fevereiro. Os demais conselheiros exercerão o primeiro mandato: a advogada Greice Fonseca Stocker; a promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) Fabiana Costa Oliveira Barreto (foto); a juíza de direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS) Karen Luise Vilanova Batista de Souza; o subprocurador-geral do Trabalho José de Lima Ramos Pereira; o promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) Alexandre Magno Benites de Lacerda; e o procurador de Justiça Militar Clementino Augusto Ruffeill Rodrigues.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | ENOQUE VENÂNCIO E MARLOS VINÍCIUS | SINPOL-DF

Ao CB.Poder, os sindicalistas comentaram sobre a negociação de reajuste para equiparar a Polícia Civil do DF à Polícia Federal

“Não é só salário, é respeito”

» LAÍZA RIBEIRO*

Em meio à negociação salarial com o governo federal, o presidente do Sindicato da Polícia Civil (Sinpol-DF), Enoque Venâncio, e o diretor do sindicato Marlos Vinícius comentaram sobre o reajuste dos policiais civis da capital do país durante o CB.Poder — parceria do Correio com a TV Brasília — de ontem. O programa foi apresentado pelas jornalistas Ana Maria Campos e Mariana Niederauer.

Por que essa dificuldade da liberação do governo federal para o reajuste salarial dos policiais civis?

Marlos Vinícius — Tem essa dificuldade do duplo processo de negociação. A gente faz todo um processo de negociação no Governo do Distrito Federal (GDF) para que essa mensagem seja enviada. São feitos cálculos, e o gestor do fundo, que é o GDF, dá o aval se tem dinheiro ou não para pagar. O governo federal tem a parte dele nesse processo: ele vai refazer esses cálculos, vai pedir documentação complementar e considera também o ambiente de negociação das carreiras do executivo federal. Então, o governo vai olhar o que ele deu para as polícias dele e vai fazer todo

esse trâmite também. O GDF falou que tem o dinheiro. Não há problema orçamentário: se o governo federal quiser, pode dar tranquilamente esse reajuste, com a paridade contemplada, que é o nosso principal foco, porque todas as questões técnicas jurídicas foram superadas.

Há também um componente político nessa negociação?

Marlos Vinícius — É uma decisão política. O GDF fez sua parte, mas faltou articulação com o presidente da República. Governadores anteriores buscavam diálogo direto. Se houvesse esse gesto agora, talvez o processo estivesse mais avançado. A paridade já existe no regime disciplinar, aprovado no ano passado. Então, para punir, somos iguais à Polícia Federal. Só falta essa igualdade na remuneração.

Sempre se disse que as polícias do DF eram as mais bem pagas do país.

Enoque Venâncio — Falando da questão dos agentes de polícia, dos escrivães, nós estamos hoje em oitavo lugar no ranking das polícias. Com um reajuste proposto de 24%, nós ainda não entraríamos nem no G4, ficaríamos ali em quinto lugar. A situação dos delegados e os peritos criminais é pior. Hoje, eles estão em

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



décimo sétimo lugar. O reajuste os levaria para o meio da tabela. Então, mais uma vez, a gente reafirma: o nosso foco, o nosso parâmetro, não é almejar ter o maior salário, é ter só a questão da justiça.

O governador Ibaneis Rocha vai reestruturar o Fundo Constitucional para aumentar o percentual destinado à segurança pública. Isso ajuda no pleito?

Enoque Venâncio — Sim. O encaminhamento da mensagem por parte do governador, que a gente até tem que destacar como valorização dele, tem impacto no Fundo Constitucional. O Fundo foi criado para a segurança pública e, subsidiariamente, para saúde e educação. Mas, com o

tempo, perdeu espaço. Hoje, 44% vai para a segurança e 56% para saúde e educação. Precisamos restabelecer esses limites. Isso não é tirar dinheiro de saúde e educação, é apenas aplicar a lei como foi concebida.

Há quem diga que esse remanejamento pode prejudicar saúde e educação.

Enoque Venâncio — Saúde e educação têm várias fontes de financiamento, como o Fundo Nacional de Saúde e o Fundeb, além da Fonte 100 do próprio governo. Já a segurança pública só tem o Fundo Constitucional. É bom frisar que não é tirar dinheiro de um lado para pôr em outro, mas restabelecer o equilíbrio legal. O governo tem como

garantir os investimentos em todas as áreas.

E quais outras pautas são prioridades?

Enoque Venâncio — Na assistência à saúde, temos que reconhecer o mérito do governador Ibaneis por ter implantado o plano de saúde para a Polícia Civil. Era uma diferença muito grande em relação às demais forças, que tinham cobertura. Agora, conseguimos avançar. Mas, ainda temos muitas outras questões, como benefícios previdenciários e condições de trabalho. Precisamos sempre lembrar que, ao falar em equiparação, há diferenças profundas entre policiais civis e militares.

Esse debate pode travar na hora da negociação?

Enoque Venâncio — A nossa preocupação é que venha um reajuste linear único. Se isso acontecer, a balança vai ficar ainda mais desigual. Por isso, precisamos de uma mesa de negociação que leve em conta as especificidades de cada carreira da segurança pública. Todos são importantes para Brasília, mas cada categoria tem suas particularidades e suas necessidades.



Assista a entrevista completa

E quanto ao efetivo? Há previsão de novas contratações?

Enoque Venâncio — O déficit continua muito grande, em todos os cargos. Hoje, temos uma dificuldade enorme no cargo de delegados. Creio que esteja muito próximo o anúncio de um edital para contratação. Além disso, temos a expectativa de que, em novembro, sejam contratados 600 novos policiais civis aprovados no último concurso. Isso vai ajudar, mas ainda não resolve o problema.

A valorização da categoria pode impactar diretamente a segurança do DF?

Enoque Venâncio — Sem dúvida. Um policial mais motivado e reconhecido trabalha melhor, produz mais e dá mais resultado. Não estamos falando só de salário, mas de respeito, de condições de trabalho e de equilíbrio na comparação com outras forças. O DF só tem a ganhar quando investe em sua Polícia Civil.

*Estagiária sob a supervisão de Patrick Selvatti